

X VISEU
ADVOGADOS
À frente do seu tempo



TRIBUTAÇÃO SOBRE A MATÉRIA-PRIMA RECICLADA

FUNÇÕES DO TRIBUTO

TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO NA CF

PROBLEMA: TRIBUTOS INDIRETOS

PROPOSTAS LEGISLATIVAS

FUNÇÕES DO TRIBUTO

- Fiscal:

É a aptidão arrecadatória, por meio da qual o Poder Público arrecada dinheiro, para custear as atividades do Estado e promover políticas públicas.

- Extrafiscal:

Por meio do tributo, o Poder Público estimula comportamento socialmente desejados.

TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO NA CONSTITUIÇÃO

- Dever de preservação do meio ambiente:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, ***impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo*** para as presentes e futuras gerações.

- Proteção por meio de tratamento diferenciado:

Art. 170. A ***ordem econômica***, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, ***tem por fim assegurar a todos existência digna***, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

VI - defesa do meio ambiente, inclusive ***mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação***;

INDÚSTRIA DE ALUMÍNIO COMO EXEMPLO

Figura 1: Ciclo de vida das Latas de alumínio



Elaboração: LCA Consultores.

INDÚSTRIA DE ALUMÍNIO COMO EXEMPLO

Tabela 1: Redução do impacto ambiental em relação ao Cenário 1 (sem uso de alumínio reciclado)

	% Alumínio reciclado	Consumo de energia elétrica	Consumo de água	Consumo de bauxita	Emissões de CO ₂ eq
Cenário 2	50%	-36%	-33%	-47%	-36%
Cenário 3	98%	-71%	-65%	-93%	-71%

Fonte: Centro de Tecnologia de Embalagens (Cetea/Ital). Elaboração: LCA Consultores.

TRIBUTOS INDIRETOS: O PROBLEMA DA CADEIA DA RECICLAGEM (CNI)

- **Tributos Indiretos:**

- **Federais:**

- IPI
 - PIS / COFINS

- **Estadual:**

- ICMS

- **Custo para a cadeia: R\$ 2,6 bilhões, aproximadamente.**

Obs.: Os produtos reciclados e remanufaturados, pelas características de suas cadeias produtivas, podem sofrer mais cumulatividade tributária e apresentar custo tributário superior ao de materiais virgens de mesmo valor (CNI).

TRIBUTOS INDIRETOS: PIS / COFINS

- Formas de apuração:

▪ Regime cumulativo (Lucro Presumido):

- 3,65% PIS/COFINS, calculados sobre o faturamento.

Obs.: A regra é a mesma para a matéria-prima reciclada e para a matéria-prima virgem.

▪ Regime não-cumulativo (Lucro Real):

- 9,25% calculados sobre o valor agregado.

Obs.: A regra é a mesma para a matéria-prima reciclada e para a matéria-prima virgem, porém a tributação é maior sobre a matéria-prima reciclada, conforme exemplo a seguir.



Matéria-prima virgem



Material reciclável



PIS/COFINS: AVANÇO NA JURISPRUDÊNCIA

- **STF reconhece o direito ao crédito de PIS/COFINS sobre a matéria-prima reciclável (Tema nº 304):**

Decisão: O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 304 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário, reconhecendo a inconstitucionalidade do art. 47 da Lei nº 11.196/2005 e, por arrastamento, do art. 48 do mesmo diploma normativo.

Obs.: O artigo 47, da Lei nº 11.196/05, vedava o crédito do PIS/COFINS ***na aquisição de desperdícios, resíduos ou aparas de plástico, de papel ou cartão, de vidro, de ferro ou aço, de cobre, de níquel, de alumínio, de chumbo, de zinco e de estanho***, classificados respectivamente nas posições 39.15, 47.07, 70.01, 72.04, 74.04, 75.03, 76.02, 78.02, 79.02 e 80.02 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, ***e demais desperdícios e resíduos metálicos do Capítulo 81 da Tipi***. A decisão apenas igualou a matéria-prima reciclada e a matéria prima virgem.

PIS/COFINS: AVANÇO NA JURISPRUDÊNCIA

- **CARF reconhece o direito ao crédito de PIS/COFINS sobre despesas para o cumprimento de normas ambientais (serviços):**

Os gastos com cumprimento de obrigações ambientais impostas pelo poder público devem ser considerados insumos para fins de PIS e COFINS. O entendimento foi fixado, por unanimidade, pela 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no PAF nº 13963.000564/2005-29.

Fonte: CONJUR

ICMS

- **Convênio CONFAZ nº 07/2013:**

- **Redução de carga tributária:**

Autoriza a redução de base de cálculo de modo a que a carga tributária seja equivalente à aplicação de percentual de até 1% (um por cento) sobre o valor das operações internas com sucatas de papel, vidro e plásticos, destinadas a estabelecimento industrial, que tenham como objetivo a reciclagem.

- **Estados aderentes:**

Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Rondônia e Tocantins e o Distrito Federal.

Obs.: Os Estados do Amapá e Pernambuco estão autorizados a conceder isenção.

ICMS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- **Diferimento:**

- **O que é?**

O diferimento é a postergação da incidência da carga tributária para um momento posterior da cadeia produtiva.

Obs.: O bem é tributado, porém a carga tributária fica concentrada em um único elo da cadeia produtiva, conforme exemplo a seguir.



Material reciclável



Legenda

D: Débito **C:** Crédito
S: Saldo a pagar Alíquota ICMS: 18%

OUTROS PROBLEMAS IDENTIFICADOS (CNI)

- Necessidade de notas fiscais com valores do produto para transporte de resíduos:

No caso de resíduos, isso não é possível, pois os resíduos não são adquiridos, mas recolhidos depois de descartados sem valor de mercado.

Dessa forma, as empresas que os recolhem não possuem nota fiscal que identifique seu valor.

É necessário que seja implementado um documento fiscal simplificado próprio para o transporte de resíduos, que os identifique como carga sem valor de mercado definido.

PROJETOS SOBRE TRIBUTAÇÃO SOBRE RESÍDUOS: FUTURO

- Propostas de emendas à Constituição:

▪ PEC nº 102/19:

- Iniciativa do Senador Paulo Paim.
- Em tramitação.
- Imuniza de tributos produtos elaborados preponderantemente com insumos provenientes de reciclagem ou reaproveitamento, nos termos da lei.

▪ PL nº 3887/20:

- Iniciativa do Governo Federal (Paulo Guedes).
- Aguardando Constituição de Comissão.
- Cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS.

Fábio Nieves Barreira

- Mestre em direito tributário, PUC-SP.
- Professor de Pós-graduação da FIA – Fundação Instituto Administração.
- Advogado – sócio do escritório Viseu Advogados.
- Ex-Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo – TIT.
- Ex-Vice-Presidente do Conselho do Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte do Estado de São Paulo
- Ex-Conselheiro do Conselho de Recursos Fiscais do Ministério da Economia – CARF.
- Diretor Titular-Adjunto do Departamento Jurídico do CIESP.
- Conselheiro do Conselho Superior de Meio Ambiente da FIESP.
- Conselheiro do Conselho Superior Jurídico da FIESP.

Contatos:

E-mail: fnieves@viseu.com.br / Tel.: 98466-3210



PARA **VISEU ADVOGADOS**, O
ADVOGADO DO FUTURO NÃO
É UM MERO PRESTADOR DE
SERVIÇOS JURÍDICOS,
É UM PARCEIRO
ESTRATÉGICO QUE, ALÉM
DO DIREITO, **ENTENDE DE
NEGÓCIOS, DE PESSOAS
E DE TECNOLOGIA.**

55 11 3185 0185

R. Funchal, 263, 10º andar
04551 060 – Vila Olímpia
São Paulo - SP

Viseu.com.br

